

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.620 - RS (2019/0272361-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **MARLON LUIZ DE OLIVEIRA BROTTTO**
ADVOGADOS : **GISELE NASCIMENTO DOS SANTOS - RS073603**
 PABLO GILNEI SIMOR - RS087247
 PÂMELA GIOVANA SIMOR - RS100049
RECORRIDO : **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS PLANALTO MEDIO DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI PLANALTO MEDIO RS**
ADVOGADOS : **ENERI JOSÉ SCHAFER - RS024247**
 THEODORO SCHAFER - RS077488
 MATHEUS SCHÄFER - RS088902

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS. MONTANTE INFERIOR A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. IMPENHORABILIDADE.

1. Ação de execução de título extrajudicial.
2. São impenhoráveis os valores poupados pelo devedor, seja em caderneta de poupança, conta-corrente, fundo de investimentos ou em papel-moeda, até o limite de 40 salários mínimos. Precedente da 2ª Seção.
3. A simples movimentação atípica apurada pelas instâncias ordinárias, por si só, não constitui má-fé ou fraude a ensejar a mitigação da impenhorabilidade do art. 833, X, do NCPC.
4. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MARLON LUIZ DE OLIVEIRA BROTTTO, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 15/04/2019.

Distribuído ao gabinete em: 20/09/2019.

Ação: de execução de título extrajudicial ajuizada pela COOPERATIVA DE CRÉDITO LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI PLANALTO MÉDIO RS em face do recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

Decisão interlocutória: afastou a impenhorabilidade da conta-poupança, em razão de que o agravante a utilizava como conta-corrente realizando saques habituais.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. IMPUGNAÇÃO À PENHORA.

Bloqueio de valores. Conta poupança. A análise dos extratos e movimentação, indica que a referida conta vem sendo utilizada como conta corrente, diante dos vários saques realizados, o que desvirtua a natureza da conta poupança.

Impenhorabilidade não reconhecida.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO (e-STJ fl. 94).

Recurso especial: alega violação do art. 833, X, do CPC/15, defendendo que são impenhoráveis as quantias depositadas em conta-poupança até o montante de 40 salários mínimos e que a movimentação da referida conta não descaracteriza a sua impenhorabilidade.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da impenhorabilidade de quantia inferior a 40 salários mínimos

O TJ/RS, ao deferir o bloqueio das quantias depositadas na contas bancária do recorrente (conta poupança), divergiu da jurisprudência desta Corte, segunda a qual *é possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda* (EREsp 1.330.567/RS, 2ª Seção, DJe de 19/12/2014).

Ainda nesse sentido: RMS 52.238/SP, 3ª Turma, DJe de 08/02/2017; AgInt no REsp 1.494.266/RO, 3ª Turma, DJe 30/08/2017; AgInt no AgInt no AREsp 868.809/SE, 4ª Turma, DJe 14/08/2017, REsp 1.710.162/RS, 2ª Turma, DJe 21/03/2018.

Superior Tribunal de Justiça

No mais, esta Corte também já decidiu que a simples movimentação atípica apurada pelas instâncias ordinárias, por si só, não constitui má-fé ou fraude a ensejar a mitigação da impenhorabilidade do art. 833, X, do NCPC. Acerca do assunto, destaque: AgInt no REsp 1716236/RS, 4ª Turma, DJe 30/05/2018.

Dessa forma, tendo o acórdão recorrido afirmado que as quantias depositadas em poupança não estão protegidas pelo art. 833, X, do NCPC, julgou em dissonância com a jurisprudência mais recente desta Corte.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, DOU-LHE PROVIMENTO, para reconhecer a impenhorabilidade dos valores depositados na conta-poupança de titularidade do recorrente até o montante de 40 salários mínimos, independentemente da natureza da aplicação.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora